



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.17 DE 2025

REQUEIRO, nos termos regimentais, que se oficie ao Exmo. Sr. Prefeito, após a competente aprovação do Plenário, requisitando-lhe as seguintes informações em relação a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP do município:

- Quantos imóveis (rurais e urbanos), no município, atualmente pagam a CIP? A informação deverá estar separada com o número de imóveis rurais separada do número de imóveis urbanos.
- 2. Qual é a arrecadação total do município referente à CIP? Discriminar por exercício financeiro (últimos 3 anos).
- 3. Qual a previsão de arrecadação para os próximos quatro anos? Discriminar por exercício financeiro separadamente.
- 4. Qual é o valor atualmente cobrado da CIP para os imóveis localizados na zona rural?
- 5. Existe diferença de valores ou critérios entre a zona urbana e a zona rural para fins de cobrança da CIP? Em caso afirmativo, especificar quais.
- Há casos de imóveis na zona rural que já são formalmente isentos da contribuição?
 Em caso afirmativo, quantos são e qual o critério utilizado para a concessão da isenção.
- 7. Quais os procedimentos e documentos atualmente exigidos para solicitar eventual isenção da CIP?
- 8. Existe levantamento da Prefeitura sobre quantos imóveis rurais não são beneficiados por serviço de iluminação pública, mas ainda assim são cobrados pela CIP?
- 9. Qual a previsão da Administração Municipal para adequar a cobrança da CIP de forma a contemplar situações de contribuintes que não usufruem efetivamente do serviço?





JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade obter informações detalhadas acerca da arrecadação e da aplicação da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP, especialmente no que se refere aos contribuintes da zona rural.

A transparência sobre a cobrança e a destinação destes recursos é essencial para o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, bem como para assegurar que a população compreenda de forma clara como se dá a arrecadação e o custeio da iluminação pública em diferentes áreas do município.

Para além disso, as informações são fundamentais para subsidiar o debate legislativo sobre a matéria e garantir justiça tributária, evitando que contribuintes paguem por um serviço do qual não são efetivamente beneficiários.

Trata-se, portanto, de medida de fiscalização e de proteção ao interesse público, assegurando que a arrecadação municipal se realize dentro dos princípios da razoabilidade, da equidade e da capacidade contributiva.

Diante da relevância do tema e da necessidade de esclarecimentos à população, conto com a aprovação deste requerimento pelos nobres pares.

Considerando a relevância do tema, solicita-se a pronta análise e atendimento desta requisição para que se possa dar prosseguimento às atividades de acompanhamento e fiscalização.

Dois Córregos, 19 de setembro de 2025

HUMBERTO HENRIQUE SOFFNER Vereador





Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Dois Córregos. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://doiscorregos.siscam.com.br//documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 8NH6-P3ZS-5R55-V407

